

A questão indígena, produção do conhecimento e as urgências do tempo presente: Entrevista com Heiberle Horácio

The indigenous question, production of knowledge and the urgencies of the present time: Interview with Heiberle Horácio

La cuestión indígena, la producción de saberes y las urgencias del presente: Entrevista a Heiberle Horácio

Hygor Mesquita Faria¹

Dalila Varela Singulane²

Carolina Martins Saporetti³

Heiberle Horácio é professor na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) – no Sertão de MG - onde trabalha no mestrado (PPGE) com a perspectiva da Educação

¹ Graduado em História pela UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais), mestre em História pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). Atualmente é doutorando em História pela UFJF. Desenvolve pesquisas sobre a violação dos direitos humanos dos povos indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil e a questão indígena na justiça de transição latino-americana. Pesquisador associado ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em História e Memória da UEMG, ao Laboratório de História Política e Social da UFJF e extensionista voluntário do Centro de Estudos Sobre Justiça de Transição da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Possui interesse nas discussões acerca do pensamento decolonial e relação do poder estatal com os povos indígenas no Brasil durante o século XX.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra (2021) em História pela UFJF. Bacharela em História (2018) pela UFJF com habilitação em Patrimônio Cultural. Vinculada ao Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA-UFJF). Compõe o Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares – NERP (UNIFESP) e do Núcleo de Pesquisa Antirracismo (Faculdade de Direito-UFRGS). Membro do LAPA (Laboratório de Patrimônios Culturais) da Universidade Federal de Juiz de Fora e integrante do grupo de pesquisa CNPq - Patrimônio e Relações Internacionais. Conselheira suplente Conselho Municipal de Cultura na Prefeitura de Juiz de Fora (MG). Integrante do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Ubá (MG). Editora-chefe da revista acadêmica “FACES de CLIO” e gerente editorial da “Locus: revista de História”, ambas vinculadas ao PPGH-UFJF. Pesquisas e trabalhos na área de Patrimônio Cultural, Racismo e Políticas Públicas de preservação. E-mail: dalilavarela.s@gmail.com.

³ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestra em História pela UFJF (2017). Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História com ênfase em patrimônio histórico pela mesma instituição. Membro do LAPA (Laboratório de Patrimônios Culturais) da Universidade Federal de Juiz de Fora e integrante do grupo de pesquisa CNPq - Patrimônio e Relações Internacionais. Atualmente exerce a função de curadora no Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora (CECOM-UFJF). Áreas de interesse: patrimônio, memória, IPHAN, políticas de preservação do patrimônio, relações internacionais. E-mail: carolina.saporetti@estudante.ufjf.br.

Indígena, dos Povos e Comunidades Tradicionais, e da Educação dos Movimentos Sociais, e se relaciona e trabalha com o Povo Indígena Xakriabá - entre outros povos – e com mestrandes quilombolas e indígena. Realizou pós-doutorado em Ciências Sociais na UFJF, e é um dos coordenadores do GDECO-ETNOPO – Grupo de Pesquisa e Ação para uma Educação Decolonial PluriEtnoPopular, e integra o GEIPI-ABA – Grupo de Estudos Interdisciplinares com Povos Indígenas. Um dos diretores do Sindicato dos Professores(as) da Unimontes; Representante da Unimontes na Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais.

1 - Chama a atenção a existência da perspectiva eurocêntrica de conhecimento dentro da universidade, reflete-se que existe um processo de utilização de balizas com essa perspectiva na produção do conhecimento nesses espaços. Quais caminhos podemos construir para que exista outras perspectivas de produção de conhecimento e o acolhimento de diferentes saberes dentro da universidade, como é o exemplo do conhecimento produzido pelos povos indígenas? Como devemos olhar para esse processo?

Quero iniciar essa entrevista destacando o imperativo anunciado no Discurso de Posse pela Ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara: “Nunca mais um Brasil sem Nós!” Começo citando esse imperativo porque ele é fundamental para pensarmos a universidade brasileira e a imprescindibilidade da presença dos Regimes de Conhecimento Indígenas nessa universidade.

Tenho atuado em diferentes frentes e insistido, inclusive na universidade em que trabalho, sobre a necessidade não só da entrada e permanência de Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais na universidade brasileira, mas também dos seus Regimes de Conhecimento, Epistemologias, Cosmologias, Multiversos, Saberes.

Nesse caminho de luta, muitas são as inspirações, como a do meu amigo Nei Xakriabá, a do Ailton Krenak, a da Célia Xakriabá, a do Nêgo Bispo, a perspectiva aberta por Boaventura de Souza Santos, que é citado pelo próprio Krenak, e também as importantes observações da etnóloga Manuela Carneiro da Cunha, entre muitas outras inspirações.

Quero citar aqui as palavras da Célia Xakriabá que fala de Epistemologia Nativa e que na sua dissertação diz que: “reconhecer a participação indígena no fazer epistemológico é contribuir para o processo de descolonização de mentes e corpos”... , e Célia Xakriabá salienta que “a

produção da ciência encontra-se em crise e é necessário reconhecer outras instâncias que também produzem conhecimentos e conceitos. Considerar outras formas de agência e agentes, as ‘narrativas e narradores’ como potência de uma epistemenativa, com referência na ciência do território”. Outra inspiração, Krenak, por exemplo, vai nos ensinar sobre o que ele chamou de Ecologia Política, em que ele fala de uma epistemologia que não separa o humano do seu lugar, do seu ecossistema, e que, segundo ele, a “epistemologia contra-hegemônica que propomos, é um projeto que reconstrói essa relação entre sujeitos coletivos e a existência orgânica em comum...” Já Boaventura fala de uma possibilidade, que atualmente é bastante conhecida, mas que eu considero ainda importante, que é a da Ecologia de Saberes, que confronta a monocultura do conhecimento, e que abdica de qualquer noção de epistemologia geral, considerando um novo espaço, inclusive para a ciência, que deve estabelecer com os outros Saberes uma relação horizontal. Sobre a ciência, Boaventura sublinha a necessidade de ela se autoquestionar e reconhecer a sua pluralidade interna, sua dependência de outros Saberes, sem que com isso perca a sua legitimidade (não se trata de um negacionismo científico, é evidente). Manuela Carneiro da Cunha há tempo nos inspira quando destaca a importância do caráter local dos Conhecimentos Tradicionais, que por não serem universalizantes são, inclusive, mais acolhedores.

Ademais, é preciso estar em alerta, pois como nos disse a nossa amiga etnóloga Joana Fernandes, não podemos limitar que a entrada de Indígenas na universidade seja para “formatá-los” nas lógicas de produção do conhecimento, e das vicissitudes, da universidade. A universidade precisa, ainda conforme a professora Joana Fernandes, renunciar a sua postura colonizadora, monoepistêmica, e construir um espaço pluriépistêmico. Isso visto que, como sempre destaca a nossa amiga Célia Xakriabá, toda monocultura é violenta e insuficiente. Insisto ainda que esse espaço pluriépistêmico deve ter presente a possibilidade aberta pelo entendimento da interculturalidade crítica, e para isso a universidade deve, também, compreender o lugar do Pensamento Pós e Decolonial, da Filosofia Africana, da “Contra-Colonização”, de uma Epistemologia Negra, de possibilidades como a “Pedagogia da Encruzilhada”, da Educação Popular, da Educação do Campo e sua relação com a Pedagogia da Alternância e com a Agroecologia e Agricultura Familiar, entre muitas outras potentes possibilidades.

Também é sempre importante lembrar que “instituições” como o Acordo de Paris, e a Declaração de Nova York para Florestas Tropicais das Nações Unidas, já reconheceram as Terras Indígenas e os Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais como fundamentais no combate ao aquecimento global e para a preservação da biodiversidade, porque esses conhecimentos são também científicos, como nos alerta a própria Sônia Guajajara.

Por fim, eu gostaria de concluir a resposta a essa primeira pergunta, destacando que a nossa defesa tem sido pela entrada dos(as) Indígenas, mas também para a entrada e permanência de todos os Povos e Comunidades Tradicionais, porque, por exemplo, aqui na nossa região do

Norte de Minas Gerais, no Sertão, além dos povos indígenas como os Xakriabá e Tuxá, dos Povos de Santo, e dos Quilombolas, temos a presença de muitos outros povos tradicionais como Geraizeiros, Vazanteiros, Caatingueiros, Veredeiros, Pescadores Artesanais, Apanhadores de Flores, entre outros.

2 - Durante a constituinte de 1987 no Brasil existiu um grande processo de disputa e discussão dos direitos dos povos indígenas. Esse processo foi marcado pela presença do movimento indígena e foi um marco em alguns sentidos sobre a presença indígena nesses espaços de discussão. Recentemente podemos observar a crescente presença de indígenas nos espaços parlamentares. Como você analisa esse movimento nos últimos anos?

Novamente ao destacar o imperativo da ministra Sônia Guajajara, “Nunca mais um Brasil sem nós!”, fica evidente a imprescindibilidade de Indígenas nos espaços parlamentares. Além do que, foi a mesma Sônia Guajajara quem mencionou no seu Discurso de Posse que a invisibilidade que tentaram colocar aos indígenas, com racismos e manutenção de desigualdades, impactou na formação de políticas públicas, porque oriundas de uma “democracia de baixa representatividade”, palavras dela. Inclusive, a entrada e permanência de Indígenas e dos seus Regimes de Conhecimento na universidade, como eu disse na primeira resposta, possui também relação com essa participação parlamentar.

Importa destacar que é a própria APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) quem apoia a iniciativa “Aldear a Política: nós pelas que nos antecederam, nós por nós e nós pelas que virão”, que procurou fortalecer, sobretudo, as candidaturas de mulheres indígenas nas eleições de 2022. E as palavras de Elói Terena e de Sônia Guajajara são muito emblemáticas: “ao afirmar que iriam aldear a política, os indígenas reforçaram que o Congresso Nacional é um dos principais espaços de tomadas de decisões em relação às suas vidas e, por isso, devem fazer parte do parlamento, garantindo que haja representatividade indígena nestes espaços da política institucional”. Nesse movimento, e visando à construção de uma Bancada do Cocar, a APIB lançou a iniciativa, por exemplo, da “Campanha Indígena”, para apoiar as candidaturas que atuarão para proteção dos direitos fundamentais indígenas, e para possuir também um “diálogo institucional” com as esferas do governo. Nisso, para falar apenas das candidaturas “lançadas” pela APIB, foram 30 candidaturas indígenas, sendo 12 para Deputados(as) Federais, e 18 para Assembleias Estaduais, em 20 Estados diferentes, sem contar as muitas outras candidaturas de indígenas. Sendo que, segundo a mesma APIB, a eleição do ano de 2022 registrou um crescimento de 115% de candidaturas, quando comparada a eleição de 2014. Além do que, a candidatura feminina indígena praticamente triplicou.

Abro aqui parênteses para destacar que a entrada de Indígenas na política parlamentar, consequentemente com a aproximação dos indígenas aos políticos não indígenas e aos modos de fazer política não indígena, poderá possibilitar o surgimento de uma “nova gramática” política na(s) esquerda(s), potencializando a nossa atuação e defesas, necessariamente conjuntas.

Por fim, para concluir essa resposta, eu gostaria de recuperar e sublinhar a importante colaboração indígena na Assembleia Constituinte - que não se limita a importante fala de Ailton Krenak em 1987 na Câmara -, e a atuação do deputado pioneiro Mario Juruna, que confrontou a Ditadura Militar, e que já fazia denúncias e alertas que apenas mais tarde a sociedade brasileira iria compreender. Há ainda outras participações de indígenas em eleições desde a década de 60 - inclusive em âmbito municipal - como nos fez lembrar, em artigo escrito, Dinamam Tuxá e Felipe Tuxá. Destaco ainda a primeira deputada indígena eleita Joenia Wapichana, atualmente Presidenta da FUNAI, que agora, após a posse do governo Lula em 2023, passou a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

3 - É possível fazermos relação entre o avanço dos debates sobre a questão indígena dentro da academia e a crescente mobilização dos povos indígenas? Podemos considerar que a academia dialoga com esse caminhar ou é elemento que constitui esse processo?

Quando vocês falam da crescente mobilização dos povos indígenas, eu acredito que vocês estejam se referindo a crescente mobilização dos povos indígenas dentro da universidade, porque fora dela esses povos sempre foram grandiosamente mobilizados, e por isso sobreviveram mesmo diante de tanta violência que sofreram, e conseguiram assegurar na luta e com luta os seus Direitos e sobrevivência. Desse modo, falando da relação do avanço da questão indígena dentro das universidades e da mobilização dos povos indígenas na universidade, quero citar uma amiga e orientanda, Tita Maxakali, que sempre destaca que nada foi dado ou oferecido aos Povos Indígenas, que tudo foi conquistado e à base de muita luta conjunta e coletiva, inclusive a entrada de indígenas na universidade, e também agora a possibilidade da entrada dos Regimes de Conhecimento na universidade tem sido através de muita luta e mobilização desses povos – e de seus parceiros e parceiras, dos seus aliados políticos – e das suas organizações.

Quero finalizar essa resposta fazendo três observações, a primeira diz respeito ao termo academia. Eu, particularmente, tenho dificuldade em usar o termo academia, porque ele parece representar o que há de pior na universidade – que é o pedantismo, o produtivismo e o machismo -, inclusive a própria palavra é muitas vezes vinculada a certo estereótipo, o do acadêmico. Por esses motivos prefiro usar o termo universidade – quem sabe um dia pluriversidade – porque faz mais sentido lutar pela universidade, sobretudo que seja pública,

necessariamente gratuita, laica, de qualidade, democrática, diversa e plural, antirracista e antissexista, que combata a LGBTfobia, e que exista para a justiça social.

A segunda observação que eu gostaria de fazer tem a ver com as diferentes e interessantes experiências, que embora precisem ser aperfeiçoadas e sejam insuficientes, já são realizadas no Brasil, como os processos seletivos exclusivos para indígenas, tendo critérios determinados pelos próprios povos indígenas; ou o já bastante conhecido, mas ainda fundamental, Encontro de Saberes e a entrada de Mestres e Mestras de Povos Tradicionais, realizado inclusive aqui na Unimontes – com a colaboração do GDECO-ETNOPO-, e com a participação de Mestres(as) dos diferentes Povos Tradicionais do Semiárido Mineiro. Também quero destacar aqui, como exemplo de organização e construção de conhecimento indígena que se relaciona, de algum modo, com a universidade a criação da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogues (ABIA).

Já finalizando essa resposta, quero apontar alguns desafios relacionados à entrada e permanência dos Povos Indígenas na universidade, desafios indicados por diferentes amigos(as) e orientandos indígenas e quilombolas, mas também relatados por amigos professores. Meu amigo Nei Xakriabá, que fez a graduação e o mestrado, sempre fala das dificuldades de ficar longe da sua aldeia, da família, do povo. Há a dificuldade de adaptação à alimentação fora das aldeias, dificuldades para conseguir moradias, problemas com adoecimento - e também com o modo de tratamento dos adoecimentos e adoecidos -, dificuldades na locomoção, em trazer os familiares para as cidades em que funcionam a universidade, dificuldades com a linguagem escrita, porque em alguns casos a comunicação predominante de certo povo é oral, e a língua portuguesa é a segunda língua. Então, vejam, há muito que fazer, há muita coisa que a universidade precisa fazer, não só para a entrada de tipos de conhecimento opostos aos dos não indígenas, mas para diferentes modos de vida, e para isso a universidade brasileira precisa se preparar, preparar seus professores(as), técnicos administrativos e todos envolvidos – e que constroem a universidade.

Como mencionamos - em um artigo que escrevemos, eu e 3 orientandas, uma delas a indígena Ana Paula Xakriabá - a universidade “precisa compreender que ao invés de falar pelos povos indígenas, deve criar canais de colaboração mútua e diálogos plenos com eles, efetuando, inclusive, deslocamentos - em todos os sentidos, até mesmo físicos-, do seu lugar às terras indígenas”. E nesse mesmo artigo destacamos que a universidade brasileira “deve se comprometer a realizar ações públicas externas a ela e a se envolver em debates públicos, como, por exemplo, aqueles relacionados às demarcações de terras indígenas”, aqueles relacionados à destruição causada pelas mineradoras, pela monocultura do eucalipto, inclusive em terras tradicionais, pelo combate aos produtos – agrotóxicos, por exemplo - que destroem a saúde dos seres vivos, o Planeta, os diferentes agentes polinizadores, ela deve se comprometer no combate aos usos do solo que são destrutivos, e muitos outros.

Por fim, no Discurso de Posse da Ministra Sônia Guajajara, ela ao falar que “é urgente promovermos uma cidadania indígena efetiva”, mencionou a importância, para isso, do “acesso e permanência à universidade pública, gratuita e de qualidade”.

4 - Diante da realidade brasileira no que diz respeito a questão indígena, em seu olhar, quais são os maiores desafios no tempo presente?

Sobre isso quero começar recuperando o quanto no ano de 2022, por exemplo, a bancada governista do Jair e seus cúmplices no Congresso Nacional se mobilizaram para colocar em pauta projetos e ações que estão relacionados à promoção da violência contra os povos tradicionais, dos seus direitos, do desmatamento, e da destruição do Planeta, em um total de aproximadamente 35 projetos em regime de urgência, como o PL 490/2007 (do Marco Temporal), o PL 191/2020 (da Mineração em Terras Indígenas), o PL 3729/2004 (do Licenciamento ambiental), PLS 510/2021(PL 2633/2020 – Regularização Fundiária), PL 3723/2019 e PL 6438/2019 (do Porte de Armas). Citei esses, que são apenas alguns projetos, para mostrar o quanto há ataques coordenados aos povos tradicionais, aos diferentes biomas, ao Planeta Terra, e como em um Congresso Nacional ainda mais conservador e reacionário, teremos duras lutas e difíceis enfrentamentos, mesmo com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e a criação do Ministério dos Povos Indígenas, e com a retomada da FUNAI – agora Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Importa destacar que nos últimos 4 anos a FUNAI foi atingida por um processo de assédio institucional e usada pelo governo do Jair para fazer um trabalho oposto à razão pela qual deveria e deve existir, cometendo crimes, por exemplo, de não garantir os Direitos dos indígenas da Terra Indígena Yanomami, que foram violentados por garimpeiros invasores, e sofreram privações e violações de todo tipo, em um descaso deliberado do governo do Jair Bolsonaro responsável por uma tragédia humanitária.

Ademais, a terrível reação da extrema-direita – que possui um projeto, e que nele inclui a eliminação dos Direitos e das Terras Indígenas - e de reacionários ao potente conjunto ritual da Posse do Presidente Lula - com o magnífico ritual da subida da rampa do Planalto “com o povo” (incluindo o Cacique Raoni Metuktire) – já demonstram o quanto um dos desafios será frear a realização do projeto da extrema-direita, também o de uma direita pseudodemocrática, o de combater um neoliberalismo financista destruidor, e frear a reação dos reacionários, que reagirão com bastante ressentimento – o de quem perde privilégios – aos espaços conquistados pelos Povos Tradicionais e às ações advindas desses povos no novo governo e fora dele. Mas há o esperar freireano e a confiança que haja a “política do mistério”, conforme falou a deputada Célia Xakriabá, com toda a força da ancestralidade, da união do cocar e do turbante, e há a formação do Ministério dos Povos Indígenas e a nomeação de uma indígena para estar à frente dele, o que representa “um momento histórico de princípio de reparação no Brasil”,

*nas palavras de Elói Terena e da própria ministra Sônia Guajajara, a mesma que vaticinou:
“Nunca mais um Brasil sem Nós!!”*